

A doutrina da Guerra ao Terror e a questão de gênero pós-11 de setembro

Lais Cavallin Rodrigues *

Faculdade de Campinas – FACAMP

*Autor correspondente. Email: cavallinlais@gmail.com

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar que o argumento ocidental de que as mulheres muçulmanas precisam ser salvas existe como uma maneira de desviar o foco das ações neocoloniais e imperialistas, sobretudo estadunidenses, as quais mobilizam as mulheres muçulmanas de forma a justificar a Guerra ao Terror, performando o papel de libertadores. A pesquisa visa investigar a relação entre o argumento ocidental da necessidade de salvar as mulheres e a atuação dos grupos fundamentalistas islâmicos, para entender as políticas dos EUA que utilizam o argumento de que enquanto houver terrorismo, a intervenção será legitimada pela comunidade internacional.

Palavras-chaves: Guerra ao terror, Ocidente, gênero, fundamentalismo islâmico, mulheres islâmicas

1. Introdução

Esta pesquisa busca compreender como os EUA utilizam a atuação de grupos fundamentalistas islâmicos para justificar a "libertação" ou "salvação" das mulheres afegãs pelo Ocidente, legitimando políticas como a "Guerra ao Terror" e o intervencionismo no Afeganistão. O objetivo é analisar como as ações políticas dos grupos extremistas religiosos criam um cenário propício para a necessidade de "salvar" as mulheres do islamismo, consequência dos ataques de 11 de setembro, mascarando os interesses de poder do Ocidente sobre os países do Oriente Médio. A fim de entender a linha tênue entre religião e política, exemplificada pelo caso do Afeganistão. Os EUA vão utilizar do discurso de que há violação dos direitos das mulheres e que essa opressão é justificada pela religião, visando posicionar os grupos fundamentalistas religiosos como o inimigo a ser combatido.

Embora outros autores, como Nardi (2018) defendam que o discurso de salvação das mulheres islâmicas por parte dos EUA justificou a intervenção no Afeganistão, esta pesquisa visa aprofundar essa relação, mostrando que os discursos de salvação são apenas um dos elementos, e que de fato, o fundamentalismo islâmico é o ponto central.

A direita conservadora norte-americana se complementa ao fundamentalismo islâmico, pois, quanto mais violência e terrorismo houver por parte dos grupos fundamentalistas, a intervenção estadunidense se tornará mais legítima e justificável. Portanto, a atuação dos grupos fundamentalistas islâmicos beneficia as políticas imperialistas e coloniais dos EUA, pois, enquanto houver terrorismo, a intervenção por parte dos EUA será legitimada pela comunidade internacional. Esta pesquisa tem como objeto a atuação dos grupos fundamentalistas islâmicos no Afeganistão. O objetivo geral da pesquisa é analisar como os EUA usam o fundamentalismo islâmico para justificar o discurso de salvação das mulheres islâmicas pelo ocidente e legitimar a intervenção dos Estados Unidos no Afeganistão e a Guerra ao Terror, a fim de entender como a atuação desses grupos exerce influência nas relações dos Estados Unidos para com os países islâmicos e na formulação de política externa norte-americana para com o Oriente Médio.

Os grupos extremistas religiosos não legitimam a intervenção, os EUA utilizam de suas ações para formular e implementar sua Política Externa imperialista. As feministas islâmicas vão criticar os EUA ao mesmo tempo que não negam as agressões dos grupos fundamentalistas islâmicos, tendo como principal intuito combater as opressões praticadas por grupos extremistas, sem que seja necessário serem salvas pelo Ocidente. A hipótese desta pesquisa é que as feministas islâmicas lutam tanto contra os grupos extremistas quanto contra o intervencionismo ocidental, desempenhando um papel essencial na propagação e defesa da religião, impedindo que grupos extremistas a utilizem como base para políticas opressoras. Embora a Doutrina da Guerra ao Terror e a política externa dos EUA no governo de George W. Bush sejam temas clássicos, esta pesquisa oferece uma nova crítica ao abordar essas questões sob uma perspectiva de gênero.

A metodologia desta pesquisa foi baseada em uma abordagem teórica interdisciplinar que combina conceitos da teoria feminista, estudos de gênero, teoria política e estudos de Relações Internacionais. A análise se concentra nas interseções entre religião, política e gênero, investigando como esses elementos se entrelaçam no contexto da intervenção dos EUA no Afeganistão. Para coletar dados, foram utilizados dois métodos principais: revisão bibliográfica e análise de discursos políticos. Na primeira seção, foram analisadas a Doutrina da Guerra ao Terror e a Política Externa dos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001, destacando como os discursos oficiais, proferidos por George W. Bush, moldaram a percepção global do terrorismo e dos terroristas, legitimando assim a resposta militar dos EUA. A Guerra ao Terror foi vista como uma oportunidade para expandir o complexo industrial militar e os interesses imperialistas dos EUA, mobilizando o sistema internacional em favor de suas políticas.

Além disso, o uso da imagem das mulheres muçulmanas como justificativa para a intervenção é explorado, mostrando como esse argumento ocidental serve para desviar o foco das ações neocoloniais e imperialistas, especialmente dos EUA. Essa perspectiva aponta para a importância de compreender as complexidades das políticas externas, bem como os impactos sobre as mulheres muçulmanas e as dinâmicas geopolíticas na região do Oriente Médio. A segunda seção tem como foco entender o surgimento e a evolução do islamismo político e do fundamentalismo islâmico, especialmente no contexto do Oriente Médio. O islamismo político surge como uma reação ao

colonialismo e à influência ocidental, buscando preservar a tradição islâmica e resistir à dominação estrangeira. Enquanto isso, o fundamentalismo islâmico se manifesta como um movimento extremista que busca estabelecer regimes autoritários teocráticos, usando a religião como justificativa. A discussão também diferencia os conceitos do islã como religião, destacando a complexidade dessas dinâmicas no contexto geopolítico atual.

Por fim, a terceira seção aborda qual é o papel do feminismo decolonial e do feminismo islâmico na compreensão dos impactos das políticas neoliberais e colonialistas dos Estados Unidos no Oriente Médio. Enquanto o feminismo decolonial busca dar voz às mulheres não brancas do Sul Global, desafiando a colonização discursiva do feminismo ocidental, o feminismo islâmico surge como uma reação específica às demandas das mulheres muçulmanas, buscando reinterpretar a religião para promover a igualdade de gênero. No entanto, a mobilização das feministas brancas norte-americanas, especialmente durante a Guerra ao Terror, revela uma desconexão entre suas intenções e as realidades das mulheres muçulmanas, reforçando políticas neocoloniais.¹

2. Doutrina da Guerra ao Terror e a Política Externa Estadunidense após o 11 de setembro

Terror, terrorismo e terroristas se enquadram na mesma categoria? Quem são os responsáveis por determinar o que é considerado um ato terrorista? Após os ataques do 11 de setembro de 2001, o terrorismo e os terroristas passaram a ter uma única origem, o Oriente Médio. Os ataques proferidos contra as torres gêmeas do World Trade Center (WTC), em Nova York, e contra o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos EUA, em Washington D.C., são considerados um dos maiores marcos históricos ocorridos no início do século XXI. Contudo, o que mais chocou o mundo na manhã daquela terça-feira de setembro, no primeiro ano do século XXI, não foi a brutalidade dos ataques e o número de mortes, mas sim que estes haviam sido realizados por uma organização terrorista não estatal, ou seja, pela primeira vez, um Estado nacional havia sido atacado por um ator externo não estatal, fator responsável por moldar e redefinir as concepções de defesa e ameaça à paz e segurança internacionais.

Para compreender os impactos do 11 de setembro e os discursos políticos oficiais proferidos após os acontecimentos, é necessário explicar o que é de fato a prática do terrorismo. Walkiria Dutra (2019), expõe que as primeiras práticas transnacionais de terrorismo ocorreram no final do século XVIII, mas que, certamente, estas mudaram muito com o passar dos anos, principalmente devido ao avanço tecnológico, das mídias e da globalização. Antes as práticas de terrorismo eram mais frequentes em regiões conflituosas, onde já existiam tensões territoriais, fronteiriças ou étnicas, além disso, os atos terroristas mais comuns envolviam sequestro e assassinatos. Contudo, com o avanço tecnológico e com a maior complexidade dos conflitos pós-guerra fria, os atos terroristas possuem cada vez mais caráter religioso, envolvendo cidadãos de outros Estados e civis, além de ser utilizado um arsenal bélico muito potente e desenvolvido. Estes fatores são importantes não só para entender como o perfil da prática terrorista foi construído, mas também, para compreender como que os valores culturais e

1. Nesta pesquisa o termo Ocidente não será utilizado para representar um marco geográfico, mas sim como um conceito político e ideológico, cujo país principal que o representa é os Estados Unidos.

religiosos dos países moldaram a visão da população no que tange ao terrorismo e seus praticantes (Dutra 2019, 163).

Guilherme Montenegro (2011) chama atenção para a necessidade de desconfiar dos discursos oficiais proferidos por governantes sobre o terrorismo após os ataques do 11 de setembro. Assim que o primeiro ataque aconteceu, é evidente que rapidamente ocupou as transmissões ao vivo de canais de televisão em todo o mundo, logo, se tratando de um país influente como os Estados Unidos, não é de se espantar que os discursos políticos, por parte dos EUA, fossem massivamente divulgados, de forma que se tornassem dominantes. O problema de se tornarem dominantes é que isso estreita as percepções criadas, de modo que o conceito sobre terrorismo acabe por ser moldado a partir do discurso de um único ator, legitimando a criação e implementação de mecanismos de controle e monitoramento estatal (Montenegro 2011, 1–2).

Os discursos proferidos por Bush após os ataques terroristas foram planejados e arquitetados, tendo como objetivo principal moldar a base do entendimento sobre o que é terrorismo e quem são os terroristas, pois, como líder de uma das nações mais poderosas do mundo, com maior capacidade bélica e com interesses amplamente imperialistas, é evidente que Bush não deixaria passar uma oportunidade como essa. Montenegro (2011: p.1–2) destaca em seu texto que o complexo industrial militar depende intrinsecamente da guerra e, portanto, aproveita de toda e qualquer oportunidade para se expandir. A Guerra ao Terror foi uma estratégia muito inteligente, pois, sabendo da necessidade de guerra permanente por parte do complexo industrial militar, ao colocar o terrorismo como vilão e inimigo a ser combatido, os EUA transformam essa catástrofe em uma oportunidade de legitimarem suas ações imperialistas e coercitivas em países considerados de terceiro mundo – estes acontecimentos foram manejados pela administração de George W. Bush como forma de executar uma política global de ofensiva militar e política (Dutra 2019, 164).

A administração Bush entende a nova fase da ‘guerra contra o terror’ (que, de muitos modos, reproduz a ‘guerra contra o terror’ declarada pela administração Reagan, vinte anos antes) como uma oportunidade de expandir a sua já excepcional vantagem militar sobre o resto do mundo e poder adotar novos métodos para a dominação do planeta (Montenegro 2011, 2).

O fato de colocar o Oriente Médio e parte da Ásia como foco nos assuntos relacionados ao terrorismo e fanatismo religioso não é algo irrelevante ou até mesmo aleatório, pois desde o fim da Guerra Fria, os EUA disputam sua influência na região, de forma a tentar expandir sua esfera de influência nos países antes aliados ou parte da União Soviética. A partir disso, entende-se que os ataques proferidos em 11 de setembro foram utilizados por parte do governo norte-americano sob a liderança de George Bush, como uma forma de mobilizar e obter apoio por parte da população estadunidense, para que assim, fosse possível desempenhar uma política de ofensiva militar geral, a qual visava reordenar e reorganizar as regiões citadas anteriormente. Portanto, as intervenções militares por parte dos EUA, ocorridas após os ataques de 11 de setembro, não são intervenções realizadas com o mero propósito de vingança, religião, cultura ou interesses em recursos naturais, mas sim, representam um elemento fundamental da Política Externa norte-americana em relação ao Oriente Médio e Ásia Central (Montenegro 2011, 2–4).

Não tem como negar a importância do aspecto ideológico presente na Política Externa norte-americana, contudo, também não se pode ignorar o papel dos EUA no sistema internacional, pois este país é diferente dos demais, se posicionando como o responsável por perpetuar a liberdade, ou seja, historicamente os EUA foram se moldando e definindo seu papel na comunidade internacional como um Estado que possui interesses e a missão de libertar e modernizar os países atrasados ou que não se configuram como democracias. No entanto, é um fato que esse papel dos EUA na execução da liberdade na história do mundo, é interpretado a partir do contexto e valores nacionais próprios, ou seja, a noção de liberdade parte dos valores e interesses do Estado nacional estadunidense. A ideia de que os EUA têm essa missão surgiu a partir da própria história norte-americana, a qual tem suas bases consolidadas em temas e noções bíblicas, isto é, a nação norte-americana se fundamenta através de passagens bíblicas, de forma a criar a mitologia nacional, a qual até os dias de hoje influencia na tomada de decisão de Política Externa – esta mitologia nacional, como discutida por Montenegro, cria o entendimento da “América como o novo mundo, os americanos como povo escolhido, a missão civilizatória, a cidade iluminada na colina, a fronteira, o destino manifesto” (Montenegro 2011, 5–6).

A missão da América, sua missão no deserto, tornou-se – com o desaparecimento do deserto americano – algo a ser realizado no deserto maior que não é a América. Nos mitos do nacionalismo, do destino manifesto da América, o deserto tornou-se uma metáfora. Aqueles lugares, povos e nações da terra que os americanos percebem como sem democracia, sem liberdade, sem independência, sem a possibilidade da busca individual da felicidade, são desertos. É a missão da América e dos americanos civilizar essa natureza selvagem (Montenegro 2011, 6).

Os discursos oficiais de Bush foram utilizados como um meio de desempenhar essa estratégia política de combate ao terrorismo e ao inimigo externo, assim, observa-se que grande parte dos seus discursos sobre o tema são centrados nas palavras “América”, “terror” e “paz” – ao pautar seus discursos em conceitos específicos e recorrentes, Bush traz legitimidade para sua fala, a qual com o tempo começa a se tornar dominante. Ao tratar sobre a América, Bush tinha como intuito reforçar a imagem da América para os americanos e reforçar o papel dos EUA como potência internacional, de forma a mobilizar a população, pois Bush criou uma retórica de que os ataques não foram físicos, mas sim, foram ataques direcionados aos valores intrínsecos a nação norte-americana e, portanto, todos deveriam cooperar e participar do combate às práticas terroristas (Dutra 2019, 165)².

Todo o discurso é moldado de forma que se estabeleça um contraste entre os EUA e os terroristas, colocando as organizações e práticas terroristas do lado do mal e os EUA do lado do bem. Em decorrência, esse discurso traz destaque para os EUA, colocando-o como responsável por derrotar esse mal, pois por mais que tenha sido a vítima do ataque, o país não deixou de ser uma potência, a qual conta com uma

2. "Americas mission, her errand into the wilderness, has become – with the disappearance of the American wilderness – something to be carried out in the larger wilderness which is not-America. In the myths of nationalism, of the manifest destiny of America, the wilderness has become a metaphor. Those places and peoples and nations on earth which Americans perceive to be without democracy, without liberty, without independence, without the possibility of the individual pursuit of happiness, are wilderness. It is the mission of America and Americans to civilize such wilderness" (Montenegro 2011, 6).

alta capacidade militar, sendo capaz de perseguir terroristas em qualquer parte do globo e também de reconstruir países que sofrem diariamente com o atraso e com regimes totalitários e opressores. Portanto, identifica-se que os terroristas não devem ser combatidos apenas porque atacaram os EUA, mas sim, porque estes representam uma ameaça para a liberdade das democracias ocidentais e para seus cidadãos de bem – a luta contra o terrorismo por parte dos EUA vai além de suas fronteiras, pois, devido a sua vasta capacidade militar, a nação estadunidense é capaz de garantir a sua segurança e a segurança dos mais Estados, mesmo em outros continentes (Dutra 2019, 166–167).

Dutra ressalta que o inimigo não são apenas os terroristas, mas também os Estados que toleram a permanência e existência dessas organizações dentro de seu território, sustentando e tolerando de certa forma a execução dessas práticas. Portanto, o eixo do mal destacado por Bush, é composto pelos terroristas e pelos Estados que lhes dão apoio, enquanto o eixo do bem é constituído pelos EUA e pela cooperação com as nações civilizadas que prezam pela paz, justiça e liberdade. A Guerra ao Terror tem como principal objetivo combater aquele que ameaça a manutenção internacional dos valores da nação norte-americana (Dutra 2019, 169–172). Judith Butler (2004) chama atenção em seu texto para o binarismo presente no posicionamento de Bush, de forma que só existem duas possibilidades a serem seguidas, ou se estava ao lado dos EUA, ou ao lado dos terroristas. Contudo, a consolidação desse binarismo vai além do posicionamento oficial dos Estados, sendo um fator essencial para a o desenvolvimento da visão conservadora entre Oriente e Ocidente, a qual da origem ao pensamento de que o sistema se divide entre a civilização e a barbárie, representada, a partir desse momento, pelo islamismo (Butler 2004, 2).

Barry Buzan (2002) demonstra que o aumento da violência é uma consequência direta do aumento da ameaça do terrorismo, contudo, essa violência não ocorre a forma tradicional, pois esta guerra ultrapassa a barreira dos Estados. Todavia, o problema está no fato de que, por não ser guerras entre Estados, a assimetria de poder e de recursos é ainda mais expressiva, de forma que a periferia do sistema seja alvo da opressiva superioridade militar do Ocidente (Buzan, 2002: p. 250). A vitimização do Estado ou ator mais forte não visa apenas mobilizar a população, mas permitir que políticas, que antes não seriam aceitas ou bem vistas, possam ser implementadas. Portanto, como explícito no texto de Judith Butler, os governantes norte-americanos vão trabalhar com o intuito de gerar um consenso da opinião pública, de forma a marginalizar o sentimento antiguerra, colocando a discórdia e desarmonia como parte da cultura democrática dos EUA (Butler 2004, 3–4).

A resposta militar por parte dos EUA foi tomada sobre a premissa de que os atos terroristas são atos de violência, os quais são interpretados de diversas formas, no caso do 11 de setembro, George W. Bush considerou que os ataques foram na realidade declarações de guerra, de forma que o possibilitasse agir de maneira coercitiva para responder a tais atos – a partir da interpretação de declaração de guerra, Bush posiciona a resposta militar com a justificativa da autodefesa. Enquanto isso, permanece uma ambiguidade cada vez maior introduzida pelo próprio uso do termo "terrorista", que é então explorado por várias potências em guerra, com movimentos de independência de vários tipos. Isto é, o termo terrorismo não possui apenas uma interpretação, podendo ter diferentes sentidos e significados, cada país e grupo em conflito considera

o terrorismo de um jeito, portanto, para exemplificar, Butler relata que que o termo terrorismo é utilizado por Israel para abordar os atos de resistência palestinos, enquanto movimentos de independência na Chechênia são considerados movimentos terroristas pelo governo russo (Butler 2004, 3–4).

Portanto, Butler chama atenção para o fato de que agir dessa forma gera algumas consequências negativas, como pode ser observado no trecho a seguir:

Os Estados Unidos, ao usar o termo, posicionam-se exclusivamente como a vítima súbita e indiscutível da violência, embora não haja dúvida de que sofreu violência. Mas uma questão é sofrer violência e outra bem diferente é usar esse fato para fundamentar uma estrutura na qual a lesão de alguém autoriza uma agressão ilimitada contra alvos que podem ou não estar relacionados às fontes de seu próprio sofrimento (Butler 2004, 4).

A grande questão apresentada por Butler é de que os EUA sofreram uma agressão e optaram por responder de maneira violenta, sem o verdadeiro intuito de resolver o conflito, isto é, optaram por uma vingança, de forma que seus interesses imperialistas e políticos fossem mascarados e legitimados. Com isso, analisa-se que esse alinhamento de esforço de guerra é o fator que impede que a violência estatal por parte dos EUA seja acusada como terrorista. No entanto, a autora reforça que seu argumento não consiste em afirmar que os EUA foram culpados pelos ataques de 11 de setembro, mas que a forma como estes lidaram com o acontecimento poderia ter sido melhor, a nação norte-americana poderia ter intervindo de maneira menos coercitiva e violenta no que tange a política global, optando pela resolução pacífica de controvérsias, de forma que o imperialismo dos EUA pudesse ser amenizado, evitando possíveis novas intervenções, reduzindo a chance de novas incidências terroristas nos territórios dominados (Butler 2004, 9).

Ao buscar uma solução militar rebelde, os Estados Unidos perpetram e exibem sua própria violência, oferecendo um terreno fértil para novas ondas de jovens muçulmanos se juntarem a organizações terroristas. Este é um pensamento pobre, estrategicamente e moralmente. Ignorando sua imagem de inimigo odiado por muitos na região, os Estados Unidos responderam efetivamente à violência praticada contra eles consolidando sua reputação de potência militarista sem respeito pelas vidas fora do Primeiro Mundo (Butler 2004, 17).

Os ataques proferidos em 11 de setembro acabaram por gerar uma crise orgânica na sociedade estadunidense, pois ao atacarem a nação, os significados e representações dos EUA já consolidados foram desestabilizados, afetando, conseqüentemente, a realidade dos indivíduos e suas identidades. Portanto, não é incorreto afirmar que, uma das interpretações da Guerra ao Terror, é de que esta age como uma tentativa de reconstituir e retomar aqueles sentidos identitários, que foram destruídos com os atentados (Resende 2009, 6). Os EUA aproveitaram os acontecimentos para aumentar seu complexo industrial militar e expandir sua política imperialista. A Doutrina da Guerra ao Terror foi uma forma de mobilizar o sistema internacional em prol dos interesses estadunidenses, identificando um inimigo³ comum e criando um antagonismo, de forma que aqueles que não apoiassem as ações e políticas norte-americanas seriam

3. "The United States, by using the term, positions itself exclusively as the sudden and indisputable victim of violence, even though there is no doubt that it did suffer violence. But it is one matter to suffer violence and quite another to use that fact to ground a framework in which one's injury authorizes limitless aggression against targets that may or may not be related to the sources of one's own suffering"(Butler 2004, 4).

automaticamente posicionados como apoiadores do terrorismo. Através dos discursos oficiais, Bush foi capaz de alinhar essa nova Política Externa, criar uma coalizão de aliados, definir o conceito de terrorismo internacional e estabelecer o eixo responsável por garantir que os valores como liberdade, paz e justiça estejam presentes em todo o sistema, com o intuito de garantir segurança aos Estados e seus cidadãos, mesmo que para isso seja necessário mobilizar o uso da força.

Os EUA mobilizaram a imagem das mulheres muçulmanas a fim de criar uma situação favorável para a intervenção. O argumento ocidental de que as mulheres muçulmanas precisam ser salvas existe como uma maneira de desviar o foco das ações neocoloniais e imperialistas, sobretudo estadunidenses, as quais encarregam-se por mobilizar as mulheres muçulmanas de forma a justificar a Guerra ao Terror – que ganha força após os ataques de 11 de setembro de 2001 –, performando o papel de salvadores e libertadores. Logo, é um fato compreender que existe sim opressão e violência por parte de grupos fundamentalistas islâmicos, mas que depositar a culpa dessas opressões na cultura e crença muçulmana faz parte de uma perspectiva neocolonial, liberal e orientalista. Com isso, identifica-se que o papel das feministas islâmicas, que será abordado de maneira mais profunda, se pauta em lutar contra as intervenções externas na sua cultura, religião e crença, ao mesmo tempo que devem combater as práticas radicais tradicionais aplicadas por grupos extremistas religiosos, que deturpam a religião e suas interpretações, oprimindo as minorias e garantindo a manutenção de grupos fundamentalistas islâmicos no poder.

3. O fundamentalismo islâmico e o islã político

O islã político é uma forma de manter a tradição presente mesmo com as mudanças no cenário político e econômico internacional. O islã político age de maneira que preserve a religião, ideologias, costumes e leis islâmicas, de forma que a sociedade e comunidade muçulmana não sofra com o processo de ocidentalização. O islamismo político surge simultaneamente ao período de expansão das nações europeias, sendo uma forma de resgatar a história e tradição islâmica, visando diminuir os impactos da dominação europeia, resultado da colonização. Portanto, a politização do islã é uma consequência direta das ações imperialistas ocidentais, se consolidando a partir do século XVIII, a fim de enfrentar as ideologias que estavam sendo disseminadas pelos Estados europeus, que se posicionavam como fortes potências e zonas de influência. Em decorrência, nota-se que o islamismo político, “na interpretação islâmica, representava a inversão de uma realidade divina, em que a comunidade muçulmana deveria estar na vanguarda das capacidades globais” (Brancoli 2014, 153).

O colonialismo incentivava a retomada do passado histórico das sociedades muçulmanas, justificando certas ações políticas, que poderiam ser empregadas por líderes muçulmanos com a prerrogativa de defender a religião e proteger as leis islâmicas pautadas nas ações do profeta Mohammed. Consequentemente, observa-se que, conforme a presença europeia foi crescendo, aumentando a dominação, grupos muçulmanos passaram a utilizar de ferramentas discursivas para abordar a religião e a importância de combater a imposição dos costumes ocidentais europeus, como uma forma de legitimar suas ações políticas. O islã político é uma reação ao colonialismo, passando a ser considerado a única definição política válida quando se trata de fronteiras religiosas,

de forma que nos países que têm sua base constitucional pautada no Alcorão, os fiéis têm a obrigação de preservar os costumes e ajudar na restauração das leis e tradições, atendendo às ações e códigos estabelecidos por Mohammed, sem permitir que líderes europeus intervenham no âmbito judiciário e político (Brancoli 2014, 153).

A experiência colonial resultou ainda no emprego dos conceitos islâmicos de jihad por liberdade e independência contra Estados Imperialistas. O Islã político, dessa forma, forneceu o motivo e a justificativa para inúmeras disputas anticoloniais. Consequentemente, a defesa do país e a obrigação religiosa em manter o dar al-Islam se misturaram inexoravelmente no imaginário islâmico. A resistência contra dominação estrangeira seja ela a ocupação direta ou contra um sistema internacional que seria necessariamente ocidental, se dá dentro de um aspecto duplo em que a ação política e a justificativa religiosa se combinam em uma só ação social. Esse movimento de emancipação, contudo, não representou necessariamente uma ruptura com modelos ocidentais de organização (Brancoli 2014, 154).

Portanto, “caso o país ainda fosse considerado islâmico, seria ilegal, pela lei religiosa, ser governado por um infiel, fazendo com que todo muçulmano, individualmente ou coletivamente, fosse obrigado a lutar pela sua independência” (Brancoli 2014, 154). Após esta explicação, fica evidente que a separação entre religião e política se torna fraca, de forma que seja difícil haver uma organização política que não utilize a religião como base nas sociedades islâmicas. Essa linha fica ainda mais tênue e difícil de ser identificada quando há influência externa no país muçulmano, pois a combinação dessas duas dimensões, como explicado anteriormente, atua como uma resistência à intervenção estrangeira na cultura – a religião serve para manter o controle interno nesse país, através da defesa das crenças e costumes tradicionais, mas isso não impede o estabelecimento de relações comerciais dos países do Oriente Médio para com o Ocidente. No entanto, por mais que a combinação da religião com a política seja uma forma comum de enfrentar o ator externo no país islâmico, não é uma obrigatoriedade que a política e religião sejam uma única esfera. Entretanto, por mais que o senso comum criado é de que não há separação entre esses dois importantes elementos, “esse mito foi construído com a ajuda de parte do discurso islâmico, com suas constantes menções as leis religiosas e ao Estado Islâmico” (Brancoli 2014, 155).

A utilização da religião para moldar a organização política não é uma atitude exclusiva das sociedades muçulmanas e do Estado Islâmico, grande parte das potências ocidentais também consolidaram as bases de sua nação e os valores a partir de ensinamentos e ideologias religiosas. A separação entre a dimensão política e religiosa ocorreu posteriormente à formação do Estado moderno, apenas quando as elites e organização interna do país já estavam consolidadas. O próprio Estados Unidos tem forte influência bíblica na consolidação de seus valores e costumes. A nação norte-americana se considera abençoada e os escolhidos de Deus, tendo a missão de garantir a segurança de todos os cidadãos, defendendo a paz, justiça e as liberdades individuais. Mesmo que tenha ocorrido a separação entre religião e política, é evidente que a religião possui papel relevante nos Estados ocidentais, não devendo ser ignorada – um claro exemplo da influência que a religião tem até os dias atuais no Ocidente são os discursos dos presidentes norte-americanos, que sempre fazem menção a frase “Deus abençoe a América”. Portanto, “se a religião serviu como elemento de constituição no Ocidente não é muito distinto nos países islâmicos” (Brancoli 2014, 158).

Tratando sobre a democracia nos países islâmicos, Brancoli (Brancoli 2014, 157) argumenta que esse é um tema que passou a ser debatido recentemente, pois, original-

mente, os países islâmicos tem sua política marcada por governos que desenvolvam práticas que preservem a tradição islâmica, assegurando assim a manutenção da ordem da sociedade muçulmana. Portanto, analisa-se que:

O Alcorão, fonte máxima das leis muçulmanas, pouco diz sobre a forma de governo dos fiéis, menos ainda sobre democracia ou formas de participação popular. Não existiriam, assim, leis religiosas que proibiriam a implementação de um modelo representativo, assim como não existem modelos que impediriam a existência de governos autoritários. A falta de democracia entre países islâmicos é melhor explicada pelo contexto em que esses Estados foram formados, pela estratégia adotada por suas elites e, ainda, pelas políticas adotadas pelas grandes potências na região. A intromissão de países mais poderosos em assuntos internos antes ou depois da Guerra Fria, também provocou constrangimentos que acabaram por prejudicar o estabelecimento de democracias na região (Brancoli 2014, 166).

Além de compreender o surgimento do islamismo político, é extremamente necessário diferenciar este conceito do fundamentalismo islâmico. O islamismo político consiste em organizar a política e governar com base nas ideologias religiosas, sendo uma forma de conquistar o poder através da mobilização social, tendo como princípio fundamental legitimar seu poder e desafiar a ordem ocidental. Enquanto isso, o fundamentalismo se enquadra como um movimento teológico e extremista, que utiliza das leis islâmicas para tomar o poder e estabelecer regimes autoritários teocráticos (Coggiola 2011, 16–18). Portanto, compreende-se que:

A ideologia dos fundamentalistas busca, supostamente, criar um Estado islâmico baseado nos princípios teológicos. Segundo Eqbal Ahmad, há uma deturpação do Islã cometida por absolutistas e tiranos fanáticos, cuja obsessão em regulamentar o comportamento pessoal promove “uma ordem islâmica reduzida a um código penal, destituída de seu humanismo, sua estética, suas buscas intelectuais e sua devoção espiritual”. Torna-se impossível “reconhecer religião, sociedade, cultura, história ou política islâmicas conforme vividas e sentidas pelos muçulmanos ao longo dos séculos” (Coggiola 2011, 30–31).

Teresa de Almeida e Silva (2018) destrincha a diferença entre o islã e o fundamentalismo, mostrando que com o passar dos anos e devido a acontecimentos no sistema internacional – como os ataques ao World Trade Center –, estes dois elementos passaram a ser vistos como um mesmo conceito. Portanto, demonstra como é errado pressupor que todos os seguidores da religião islâmica são representados por uma pequena parcela de muçulmanos que defendem uma visão mais radical e extremista do islamismo. Assim, ao diferenciar o islã, enquanto religião, e o fundamentalismo islâmico, enquanto ideologia de ressentimento, Teresa Silva inicia a argumentação apontando que o termo fundamentalismo é originário dos EUA, e este surge de forma a ser atribuído aos cristãos protestantes anglo-saxões, entretanto, hoje em dia, ao escutar a palavra fundamentalismo, associa-se diretamente ao islã (Silva 2018, 288, 292–293).

Para complementar a argumentação da autora, Tiago Schwade (2014) traz em seu texto uma citação de Voltaire Schilling, o qual afirma que o fundamentalismo se enquadra como “todo e qualquer movimento religioso que tende a interpretar a realidade de hoje através dos olhos de antigos preceitos religiosos e que renega os valores da modernidade”. Isto é, como detalhado anteriormente, os grupos fundamentalistas religiosos surgem como uma reação a modernidade, tendo o intuito de seguir sua religião da maneira mais pura e fiel – no caso norte-americano, os cristãos utilizavam da bíblia para pautar o ideal político-religioso do país, já os fundamentalistas islâmicos

utilizam o Alcorão. O fundamentalismo, na definição de seu conceito, não se refere diretamente a ideia de violência, estes buscam negar a modernidade enquanto tentam manter as tradições vivas. Os fundamentalistas visam implementar os antigos preceitos religiosos e sagrados, os quais são considerados por esses grupos corretos, devendo servir de base para a formulação de política (Schwade 2014, 19–20).

No Oriente Médio os grupos fundamentalistas islâmicos surgem devido ao contexto histórico da região. A história de formação e consolidação do Oriente Médio é marcada por muitos conflitos, nos âmbitos culturais, econômicos, geográficos, religiosos e populacionais. Além disso, invasões e ocupações não são fenômenos recentes, estes acontecimentos ocorreram na região durante toda a história de sua formação, influenciando nas relações entre os Estados e na formulação de política interna dos países muçulmanos. A emergência de grupos como os fundamentalistas islâmicos foi uma consequência do histórico de conflitos da região, isto é, estes grupos surgem com o intuito de prover melhorias para a população, através da tomada do poder e da implementação de políticas de cunho religiosos (Silva, Linhares e Melo 2017, 79).

4. O novo imperialismo: feminismo decolonial e islâmico nos impactos das políticas dos EUA no Oriente Médio

Por mais que ainda exista uma forte presença do conservadorismo na religião e na sociedade muçulmana, a partir do século XX, observa-se mudanças positivas em relação à condição e papel da mulher islâmica nessa sociedade. Com a globalização e maior acesso a informações, as mulheres passam a ganhar força e representatividade na comunidade islâmica, de forma a impulsionar a realização de reformas que impactem a vida cotidiana das mulheres. Em decorrência dessa nova força representada pelas mulheres, identifica-se reformas feitas na área da educação, ocasionando, consequentemente, um aumento nas taxas de alfabetização da população feminina. No entanto, é evidente que ainda é preciso realizar mais mudanças, tanto estruturais quanto ideológicas, principalmente no que tange às esferas políticas e econômicas (Monshipouri 2004, 191–192). Portanto, “a batalha das mulheres muçulmanas é sobre gênero, classe e poder político e econômico, como também é com frequência sobre identidade e fé religiosa” (Monshipouri 2004, 192).

As mulheres do Sul global sofreram uma dupla colonização, a do país colonizador imperialista e dos conceitos e ideologias ocidentais impostos à cultura oriental, portanto, essas mulheres tem como objetivo se libertar do feminismo produzido no ocidente, defendendo seus próprios interesses, a partir de sua trajetória, tradição, vivência e realidade. Portanto, sabendo que com a globalização, identidades, trajetórias e histórias são cada vez mais compartilhadas, de forma que identificações e vínculos sejam criados, verifica-se que “o principal papel das mulheres muçulmanas será o de moldar os termos e estabelecer as condições sob as quais se deverá agir contra a discriminação e se irá defender a elaboração de reformas sociais e legais” (Monshipouri 2004, 192).

“Pensar as relações de poder desde uma perspectiva decolonial abre caminhos para analisar a intrínseca relação entre cultura e poder” (Nogueira 2016, 5). A partir do trecho destacado anteriormente, verifica-se que a perspectiva decolonial é utilizada como uma ferramenta, a qual permite que grupos e sociedades marginalizadas e tratadas como inferiores, possam ter voz ativa, sendo capazes de criar e definir seu

próprio discurso, a fim de definir suas demandas e necessidades, mostrando como a dominação das metrópoles imperialistas explora, até hoje, sua cultura e país. Essa exploração não se refere apenas a colonização das formas tradicionais, mas sim, aparece em qualquer forma de dominação, como a intelectual, por exemplo. “A dominação intelectual e cultural dos colonizadores foi capaz de criar uma imagem generalizada do mundo árabe, exibindo sua gente com alto grau de exotismo e peculiaridade em comparação à cultura modelo ocidental” (Nogueira 2016, 7).

Ao criar uma forma de pensamento e costumes dominantes, como foi feito pelo ocidente, qualquer sociedade que não se adeque ao considerado normal será vista como exótica, estando mais vulnerável a intervenções externas, com propósito de adequá-la. O feminismo decolonial emerge como uma alternativa às mulheres não brancas dos países em desenvolvimento e de países pobres, os quais sofreram por muitos anos com a colonização europeia. Esse feminismo apresenta uma crítica direta às feministas brancas e ao feminismo liberal, defendendo que estas linhas de pensamento criam uma narrativa de vitimização das mulheres orientais, a qual é composta por falas salvacionistas, desconsiderando as opiniões, demandas e realidades das mulheres do “terceiro mundo” (Nogueira 2016, 9).

É na produção desta “diferença de terceiro mundo” que os feminismos ocidentais se apropriam e ‘colonizam’ as complexidades e conflitos que caracterizam as vidas das mulheres de diferentes classes, religiões, culturas, raças e castas nesses países. Essa representação da “mulher do terceiro mundo” na teoria feminista ocidental desempenha uma “colonização discursiva” silenciando a voz daquelas que podem falar por si mesmas. Com base na diversidade das mulheres subalternas a autora sugere uma análise interrelacional que não limite a definição do feminino ao gênero e que considere os contextos sociais, de classe e de etnia destas mulheres (Nogueira 2016, 9).

As teorias feministas pós-coloniais, como o feminismo decolonial, surgem como uma reação ao feminismo branco e elitista, criando um discurso que chama atenção para o fato de que o feminismo branco ocidental não considera as outras regiões geográficas e diferentes sociedades, excluindo as “mulheres do terceiro mundo” das suas lutas e demandas, pois são realidades distintas. O próprio termo “mulheres do terceiro mundo” é problemático por si só, pois cria um grupo homogêneo de mulheres, as colocando em uma mesma segmentação, “como se fossem limitadas por suas tradições e amarradas pela rotina doméstica dentro de um forte estereótipo de mulher vitimizada” (Nogueira 2016, 10).

O feminismo islâmico é uma das vertentes que surgem junto ao feminismo pós-colonial, sendo uma vertente focada especificamente nas mulheres muçulmanas, tendo como intuito atender as demandas específicas dessas mulheres, que possuem uma trajetória e uma cultura muito diferente das demais. O feminismo islâmico leva em conta a importância da religião, podendo assim incluir as mulheres muçulmanas na busca por direitos, representatividade política e educação, sem que estas tenham que abdicar de suas crenças ou descumprir seus deveres perante a lei de Deus, definida no Alcorão. Portanto, o feminismo islâmico considera a posição e condição das mulheres islâmicas nas sociedades muçulmanas, de forma que lute contra as opressões de grupos extremistas religiosos e contra os pensamentos culturais ocidentais, que apenas reforçam discursos vitimistas e salvacionistas (Nogueira 2016, 13). Em suma,

“O feminismo islâmico é um instrumento de luta contra uma dupla opressão, de um lado

contra líderes conservadores do Islã e bases patriarcais de setores fundamentalistas islâmicos que oprimem localmente as mulheres, como ocorreu a época que o grupo terrorista Talibã dominou o Paquistão e o Afeganistão. Por outro lado, existe a opressão exercida pelo poder colonial e consequente ocidentalização das mulheres árabes que ainda sofrem com a herança do imperialismo cultural (Nogueira 2016, 13).

O feminismo islâmico é um símbolo de resistência, lutando contra a submissão e interiorização das mulheres muçulmanas, de forma que estas não sejam comparadas as mulheres europeias e ocidentais no geral, tendo suas crenças e religião respeitada. Esta vertente feminista é composta por três principais características: desterritorialidade, luta pela igualdade de gênero e pelos Direitos Humanos e produções acadêmicas. Isto é, o feminismo islâmico não é específico de um país, ele foi criado para mulheres islâmicas em países no qual a população é majoritariamente muçulmana. Ademais, existem duas linhas centrais de atuação do feminismo islâmico na garantia e luta por direitos, uma linha de atuação ocorre localmente, na busca pela igualdade de gênero nas sociedades muçulmanas, e outra internacionalmente, na luta pela garantia dos Direitos Humanos, que se dá através da atuação política ativa de mulheres islâmicas. Por fim, a produção acadêmica é extremamente importante para o feminismo islâmico, pois este elemento que da representatividade para o movimento, além de desmistificar estereótipos criados pelas potências imperialistas e reinterpretar fontes religiosas islâmicas (Nogueira 2016, 14–16).

O ponto mais importante do movimento é a reinterpretação da religião, ou seja, as feministas islâmicas, realizam uma análise dos princípios religiosos mais importantes, os quais são responsáveis por moldar e pautar as práticas islâmicas. Através dessa análise, as mulheres desenvolvem reinterpretações para as principais fontes islâmicas, a fim de evidenciar que o Alcorão não possui escritas machistas e opressoras, mas sim, que o livro sagrado foi interpretado desta maneira pelos líderes religiosos no passado, de acordo com os costumes da época em que estavam inseridos (Nogueira 2016, 14–16). Portanto,

Quando as legislações islâmicas são reinterpretadas a partir da perspectiva feminista o conhecimento adquirido livre das acomodações do patriarcado se torna símbolo de resistência e avanço para as mulheres dentro do Islã. Desse modo, o Feminismo Islâmico atua como instrumento para a desconstrução dos costumes e legislações patriarcais provenientes dos homens muçulmanos, com base no conhecimento trazido originalmente por Allah e nos caminhos trilhados pelo profeta Mohammed, e com a finalidade de transformar a jurisprudência islâmica e assim, construir sociedades muçulmanas com maior grau de justiça social e igualdade para as mulheres dentro do Islã (Nogueira 2016, 17).

As feministas islâmicas buscam uma voz ativa em suas sociedades, para romper definitivamente com o imaginário de que as mulheres muçulmanas são oprimidas e violentadas por sua própria religião. O feminismo islâmico luta para que as leis islâmicas possam ser reinterpretadas, de forma que essa opressão causada pelas normas e práticas misóginas cessem. Portanto, compreende-se que as feministas islâmicas não reivindicam o fim da religião ou do Alcorão, estas lutam para que o texto sagrado seja reinterpretado, de forma que as normas e práticas cotidianas opressoras e patriarcais mudem, a fim de construir uma sociedade pautada na religião que seja mais igualitária e justa para todos que desejam praticar sua fé (Silva, Linhares e Melo 2017, 72, 76).

Tendo contextualizado o feminismo decolonial e o feminismo islâmico, entende-se que, enquanto a globalização é um elemento que estimula o surgimento de grupos

fundamentalistas, que lutam pela defesa das ideologias, tradições e culturas originais, contrariamente, significativa parte das mulheres muçulmanas enxergam a globalização como uma oportunidade de mudar sua realidade e de sua comunidade. Entretanto, não é apenas o maior e facilitado acesso a informações que cria essa oportunidade para as mulheres, mas também, deve-se considerar o desenvolvimento socioeconômico. O sistema capitalista está plenamente consolidado e as estruturas produtivas crescem exponencialmente, de forma que o mercado esteja em constante expansão e agigantamento, fazendo com que as mulheres islâmicas tenham maiores chances de se inserirem no mercado de trabalho, fator responsável por as garantir renda. Ademais, mesmo que de forma tímida e de baixo percentual, as mulheres estão participando mais ativamente de movimentos políticos e sociais, visando melhorar a qualidade de vida das mulheres e lhes garantir maior segurança social. A partir disso, não surpreende que “muitas mulheres muçulmanas têm visto a globalização como um processo de liberalização e empowering, com implicações bastante amplas para as relações de gênero” (Monshipouri 2004, 194).

A explosão de novas possibilidades e de pensamentos feministas aponta para mudanças dramáticas no mundo muçulmano. Duas formas de mudança podem ser diferenciadas: a estrutural e a ideacional. A mudança material ou estrutural está associada à transformação e ao crescimento socioeconômico que as sociedades muçulmanas têm vivenciado. O aumento de oportunidades educacionais e de emprego para mulheres no mundo muçulmano tem contribuído para moldar novas ideias e posturas, com profundas implicações para essas sociedades (Monshipouri 2004, 194).

A movimentação das mulheres e o aumento de sua força e representatividade acaba incomodando os conservadores, que se sustentam e defendem as bases islâmicas patriarcais econômicas e políticas. As mulheres não lutam apenas contra as estruturas patriarcais que se consolidaram na formação da sociedade muçulmana, estas também disputam diretamente com os grupos extremistas e fundamentalistas islâmicos, os quais condicionam a mulher a relações de subordinação e inferioridade, limitando suas escolhas e participação na vida política, social e econômica. Portanto, “o desenvolvimento socioeconômico e a ação coletiva das mulheres são as ferramentas mais efetivas para a reforma de tradições e leis arcaicas. Os movimentos [...] representam uma força interna que desafia o status quo de maneira legítima” (Monshipouri 2004, 211).

É importante destacar o papel das feministas brancas na luta contra o terrorismo, pois, ao compreender as ações das feministas ocidentais, fica evidente a relação presente entre dominação, intervenção e superioridade e a Guerra ao Terror e o salvacionismo. As mulheres norte-americanas representam a personificação da liberdade, visto que o feminismo liberal surge nos Estados Unidos, sendo uma vertente dominante dentro do feminismo. Em decorrência, por serem livres – nos termos do feminismo branco, ou seja, fazem parte do mercado de trabalho e buscam pela representatividade quantitativa nas intuições públicas e privadas –, estas feministas acreditam que é seu dever conseguir libertar outras mulheres, e para realizar este feito, estas feministas apoiam as políticas norte-americanas e as ações militares no Afeganistão contra o Talibã (Zakaria 2021, 81–82).

Na visão das feministas brancas norte-americanas, “a América, portanto, não era uma superpotência cruel bombardeando uma nação pequena e infeliz, mas uma força para o bem que realmente ajudaria a trazer igualdade de gênero a um país devastado

pela guerra” (Zakaria 2021, 81–82). Ao considerar que as intervenções dos EUA no Oriente Médio representam, um esforço para erradicar o terrorismo, fica muito claro como as prioridades das mulheres brancas são diferentes das mulheres muçulmanas. Além disso, não surpreende que, “quando uma mulher branca americana fazia algo inimaginavelmente violento ou cruel, era parte do nobre projeto maior de ajudar o Afeganistão ou o Iraque a se tornarem países que valorizassem as mulheres da mesma forma que os Estados Unidos as valorizavam (Zakaria 2021, 81–82).

No Afeganistão, as mulheres que se juntaram aos serviços estadunidenses e empreenderam esforços para combater o terrorismo, criando escolas, clínicas de saúde e salões de beleza. Enquanto ocorria uma intervenção militar, que afetou a vida de milhares de civis, as prioridades das feministas, para “salvar as mulheres” dos terroristas, que sempre são associados a homens muçulmanos, eram de criar salões de beleza e clínicas, enquanto bombardeios afetavam diretamente a população, causando mortes, acidentes e traumas, além de impactar negativamente nos meios de subsistência (Zakaria 2021, 81–82).

Os americanos promoveram uma “mentira de libertação” que os posicionou como salvadores de mulheres afegãs oprimidas, algo encontrado apenas em terras distantes. Entre comentaristas e jornalistas públicos, a “mentira da libertação” facilitou a cegueira sobre a política externa dos EUA e os problemas que as mulheres enfrentam no mundo em desenvolvimento (Zakaria 2021, 84).

A mobilização das mulheres norte-americanas não é benéfica para a luta das mulheres islâmicas, pois as demandas não estão alinhadas e os interesses, evidentemente, não são os mesmos. As realidades, trajetórias e sociedades as quais estão inseridas são muito discrepantes, sendo muito difícil que as mulheres brancas dos EUA consigam compreender a realidade e vontades das mulheres árabes muçulmanas. Um exemplo, foi a carta aberta formulada por uma coalizão de mulheres ocidentais, endereçada ao presidente George Bush, em 2002, a qual pedia para que o presidente “tomasse medidas de emergência para salvar as vidas e garantir o futuro das mulheres afegãs” (Zakaria 2021, 83–84).

As mulheres dos EUA apoiam a guerra de forma esmagadora, observaram, porque ela “libertará as mulheres afegãs do abuso e da opressão”. Todos no mainstream americano e britânico, incluindo heroínas feministas brancas como a eventual Secretária de Estado Hillary Clinton e a Secretária de Estado Madeleine Albright, assinaram de todo o coração a causa da luta contra a Guerra ao Terror por qualquer meio que os militares, a CIA ou o presidente achou necessário. A desconexão entre a prática da brutalidade americana e a pregação da salvação americana conseguiu passar despercebida (Zakaria 2021, 84).

A partir do trecho acima, é evidente que as feministas também tiveram papel importante, junto com a mídia, na disseminação do discurso de que as mulheres afegãs deveriam ser salvas pelos Estados Unidos, visto que são os performadores da liberdade no mundo. Logo, as feministas brancas, que tinham o intuito de ajudar as mulheres muçulmanas, apenas ressaltam, legitimam e dão forças para as políticas neoliberais e neocoloniais norte-americanas desenvolvidas e projetadas especificamente para o Oriente Médio. As feministas ocidentais viabilizam a narrativa que ganha força no governo de George W. Bush, a qual defende que a ação militar estadunidense no Afeganistão será o elemento responsável por criar uma sociedade melhor, mais justa e livre. “As mulheres afegãs surgem como nada mais do que protótipos cujos desejos

sempre se alinham com o que as feministas brancas acham que deveriam querer, e não como pessoas com posições e perspectivas políticas independentes” (Zakaria 2021, 93)..

5. Conclusão

A partir da análise realizada neste artigo sobre a relação entre a narrativa de salvar mulheres muçulmanas, os grupos fundamentalistas islâmicos e as políticas dos EUA na Guerra ao Terror, conclui-se que a questão de gênero é frequentemente instrumentalizada para justificar intervenções neocoloniais e imperialistas. A utilização da opressão das mulheres como justificativa para ações militares mascara os reais interesses de poder e controle por trás dessas intervenções. A narrativa de salvar mulheres muçulmanas serve como um pretexto para legitimar a presença militar no Oriente Médio, ao passo que os grupos fundamentalistas islâmicos são utilizados como bodes expiatórios para justificar a intervenção dos EUA. Essa dinâmica complexa revela como as políticas externas são moldadas por interesses geopolíticos e estratégias de poder, muitas vezes em detrimento das populações locais e da paz internacional.

O feminismo islâmico é um movimento importante, que emerge em decorrência das ações imperialistas e neoliberais norte-americanas e das políticas extremistas propagadas e impostas por grupos fundamentalistas islâmicos. As feministas islâmicas tem um papel essencial na propagação da religião e na sua defesa, tentando impedir que grupos extremistas a utilize como base da formulação de políticas radicais e opressoras, que criam uma imagem negativa para a religião. As feministas islâmicas lutam contra uma dupla colonização, se posicionando contra a intervenção externa e contra os pensamentos feministas dominantes ocidentais, que foram formulados por mulheres de realidades completamente diferentes das vivenciadas pelas mulheres árabes.

Enquanto houver violência e a propagação de políticas radicais por parte dos grupos extremistas, mais legítima e aceita se torna a intervenção norte-americana. Os Estados Unidos mobilizam estrategicamente as mulheres muçulmanas, pois as mulheres representam a base da sociedade muçulmana, sendo sempre centrais nas narrativas de grupos fundamentalistas. A potência norte-americana utiliza do discurso de salvação das mulheres para conseguir apoio e mobilização por parte da comunidade local, que enxerga as mulheres árabes como vítimas que precisam de ajuda, não sendo capazes de lutar sozinhas pelos seus direitos. “A luta contra o extremismo violento e a prevenção do extremismo violento precisam incluir as mulheres como grupos-alvo”, para que assim, suas ações sejam justificadas e aprovadas, vistas como um bem para a paz e segurança internacionais (Zakaria 2021, 86–87).. Portanto, a crítica das feministas islâmicas e decoloniais a este discurso visa contrapor a visão ocidental sobre as mulheres muçulmanas, sendo um movimento de extrema importância.

Referências

- Brancoli, F. L. 2014. Islã político, Direitos Humanos e democracia: rearticulações e possibilidades. *Revista de Relações Internacionais da UFGD* 3 (6): 149–168.
- Butler, J. 2004. *Precarious life: the powers of mourning and violence*. Nova Iorque: Verso.
- Coggiola, O. 2011. *Islã histórico e islamismo político*. Brasil: Pradense.
- Dutra, W. Z. 2019. Guerra ao terror: A (des)construção de uma resposta estratégica de combate ao terrorismo. *Revista estudos políticos* 6 (1): 161–181.
- Monshipouri, M. 2004. O mundo muçulmano em uma era global: a proteção dos direitos das mulheres. *Contexto Internacional* 26 (1): 187–217.
- Montenegro, G. A. 2011. Nacionalismo e Guerra na Era do Terror: Identidade Nacional e Política Externa no primeiro mandato de George W. Bush (2001–2005). Em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo.
- Nogueira, P. C. 2016. *Feminismo e empoderamento da mulher no islã*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal da Grande Dourados. Disponível em: <PersefoneCarolineNogueira.pdf (ufgd.edu.br)>. Acesso em: 22 de setembro de 2022.
- Resende, E. S. A. 2009. Identidade, discurso e política externa: a inscrição discursiva de uma identidade nacional puritana na “Guerra ao Terror”. Em *ABRI-ISA*. Rio de Janeiro.
- Schwade, T. I. 2014. *O Desenvolvimento do terrorismo islamita moderno no Afeganistão*. Monografia de Relações Internacionais – Centro Universitário UNIVATES. Disponível em: . Acesso em: 24 de agosto de 2022.
- Silva, A., M. Linhares e R. Melo. 2017. Por uma virada pós-secular: o feminismo islâmico e os desafios aos feminismos (seculares) em Relações Internacionais. *Revista de Relações Internacionais da UFGD* 6 (11): 31.
- Silva, T. A. 2018. Islão e fundamentalismo islâmico no contexto político. *Revista de Histórias das Ideias* 36 (2ª série): 287–307.
- Zakaria, R. 2021. *Against white feminism: Notes on Disruption*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.